

O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua Apropriação pelo Turismo no Estado de Sergipe (1937 – 1979)

Revista Rosa dos Ventos

6(2) 180-196, abr-jun, 2014

© O(s) Autor(es) 2014

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



Denio Santos Azevedo¹, Polyana Bittencourt Andrade²

RESUMO

No Brasil, o Turismo foi utilizado pelos atores sociais que planejaram o projeto de construção da identidade nacional, no Estado Novo. Durante a ditadura militar, ele foi um aliado importante no processo de integração nacional. Os planejadores turísticos caminharam de acordo com o contexto histórico no qual estavam inseridos e transformaram as cidades e o patrimônio histórico e artístico nacional em atrativos turísticos. O presente estudo procura demonstrar os usos dos bens patrimonializados em Sergipe, na promoção turística das cidades, até o final da década de 1970. A partir do Arquivo Noronha Santos foi feito um levantamento dos bens culturais tombados no Brasil entre 1937 e 1945, com destaque para aqueles tombados em Sergipe. Foi analisada, ainda a imprensa local, os guias turísticos, periódicos, cartazes e panfletos produzidos nos períodos, para identificar nas narrativas sobre o patrimônio tombado apropriado como atrativo turístico. Acredita-se que a seleção do patrimônio histórico e artístico nacional influenciou de forma significativa na escolha dos atrativos turísticos das cidades sergipanas.

Palavras-chave: Turismo. História do Turismo. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atrativo Turístico. Sergipe.

ABSTRACT

The National Historical and Artistic Heritage and its Appropriation by the Tourism in the State of Sergipe, Brazil

¹ Denio Santos Azevedo - Doutor. Professor da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: denio_azevedo@yahoo.com.br

² Polyana Bittencourt Andrade - Mestre. Professora da Universidade Tiradentes. E-mail: polyttencourt@yahoo.com.br

(1937 - 1979) - In Brazil, tourism was used by social actors who planned the project of construction of national identity during "New State" [Estado Novo]. During the military dictatorship tourism has been an important ally in the process of national integration. Considered the historical context, tourism planners turn the cities and heritage into tourist attractions. This study aims to demonstrate the uses of heritage in promoting local tourism in Sergipe, until the end of the 1970s. The research took place in the file Noronha Santos to list the selected cultural goods in Brazil between 1937 and 1945, highlighting the historical and artistic heritage in Sergipe. Analyzed the local press and travel guides, magazines, posters and leaflets produced by social actors who were involved with the implementation of tourism in Sergipe it demonstrates the use of heritage as a tourist attraction. It is demonstrated that the selection of the historical and artistic heritage has significantly influenced to include a few cities as tourist attractions in Sergipe.

Keywords: Tourism. Tourism History. Heritage. Tourist Attraction. Sergipe, Brazil.

INTRODUÇÃO

Os atores sociais que planejam a atividade turística transformam os bens naturais, as práticas culturais, as construções humanas e os cotidianos em bens de consumo. São, ainda, inventores de eventos, tradições e inovações normalmente vinculadas à imagem de uma cidade ou de um país ou sobre o que pode ou deve representar socialmente os seus residentes. Isto depende de planejamento turístico, de estratégias de marketing e publicitárias, mas também de relações de poder, de investimentos público e/ou privado, de perfil de consumidores, dentre outros. Tais produtos passam a ser denominados no universo do Turismo como *atrativos turísticos*, ou seja, motivadores do deslocamento programado de *turistas* a partir de diferentes objetivos, para os chamados *destinos turísticos*.

A exemplo dos atrativos turísticos, os bens culturais assim considerados pelas instituições oficiais do patrimônio cultural, também são construções sociais, historicamente localizadas em contextos sócio-culturais específicos. Em muitos casos esta nova roupagem atribuída às construções humanas é imposta e, na maioria dos casos, sem a participação dos residentes na sua elaboração. Os lugares são transformados, restaurados e adaptados, são selecionados a partir de justificativas históricas, artísticas ou de qualquer outra ordem, modificam rotinas e segmentam frequentadores, usuários e consumidores para a prática da atividade turística e aos novos usos do patrimônio cultural.

Os espaços também são selecionados pelos planejadores turísticos, que lidam com as relações de poder, procuram gerar consensos e estabelecem esquecimentos. A história, a memória e as identidades são justificativas recorrentes nas práticas discursivas dos atores sociais que elaboram os estudos que ratificam ou transformam os objetos e as práticas em elementos fundamentais para o (re)conhecimento das comunidades. As cidades passam a ser representadas socialmente, sobretudo, a partir dos elementos selecionados, tombados,

registrados, divulgados, e que devem ser consumidos por residentes e turistas a partir dos usos sociais estabelecidos para os bens culturais, possivelmente para atender a uma “lógica do consumo” (Featherstone, 1995, p.35). A construção de imagens e imaginários sobre as cidades a partir do seu patrimônio é uma especialidade da promoção dos destinos. São criadas as imagens de marca (Sousa, 2006) das cidades, muitas vezes tendo no patrimônio cultural o seu grande referencial.

Trazendo esta realidade para o recorte temporal aqui estabelecido, percebe-se que no Estado Novo (1937-1945), não diferente de diversos momentos da história do Brasil, o patrimônio histórico e artístico, o turismo e a propaganda passaram a ser objeto de políticas públicas. Houve, em cada um destes segmentos, investimentos na tentativa de organização e de controle, por parte do governo de Getúlio Vargas. Este trio passou a ser orientado politicamente para, dentre outros motivos, fazer com que o brasileiro e o estrangeiro tivessem uma visão positiva do País. O Estado Novo procurou, de várias formas, integrar estas atividades em torno de um centro de poder, no caso, o próprio Estado. A partir deste momento deveria haver uma política pública de Turismo e de Patrimônio Histórico e Artístico, além de certo controle da imprensa na divulgação de imagens e mensagens que reforçassem a construção de uma identidade nacional. Destaque-se que, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – que abrigava a Divisão de Turismo –, a censura às práticas teatrais, às atividades públicas e às produções cinematográficas passaram à responsabilidade desse órgão. Por mais que departamentos equivalentes criados nos Estados fossem diferentes, os objetivos eram parecidos.

Especificamente, neste escrito, parte-se de uma premissa central, de que a seleção do patrimônio histórico e artístico brasileiro orientou a escolha dos atrativos turísticos nas diversas cidades brasileiras. Uma parcela significativa dos bens patrimonializados se tornou elemento presente nas promoções turísticas dos destinos. Alegava-se que os investimentos oriundos de projetos para reconstrução de cidades históricas, os novos usos dos bens culturais materiais e a prática da atividade turística nas localidades poderiam auxiliar na manutenção do patrimônio tombado. Aqui será analisada a relação entre o Turismo e o Patrimônio Histórico e Artístico em Sergipe, através de uma maior compreensão da aproximação entre os bens culturais tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) durante o Estado Novo, e aqueles apropriados como atrativo turístico até o final da década de 1970.

Para tal foram utilizadas duas fontes primárias, o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, que define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e cria o SPHAN, e o Decreto Lei 1.915, de 27 de dezembro de 1939, que cria o DIP e a Divisão de Turismo, para perceber as funções que deveriam ser exercidas por tais instituições. A partir do Arquivo Noronha Santos foi feito um levantamento dos bens culturais tombados no Brasil entre 1937 e 1945, para nele listar o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombado em Sergipe. Por fim, foram analisados guias turísticos, periódicos, cartazes e panfletos elaborados pelos planejadores turísticos e divulgados pela imprensa no período aqui destacado, para identificar nas narrativas as formas como o patrimônio tombado foi apropriado como atrativo turístico em Sergipe.

VARGAS: DA REVOLUÇÃO À DITADURA

Cidades brasileiras conhecem, em tempos e ritmos diferenciados, o processo de urbanização e industrialização. Na década de 1930, a identificação com vista a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passava ser justificada graças às grandes transformações ocorridas nesses núcleos urbanos, e pela perda da importância econômica ou política de várias cidades, levando à criação do SPHAN. O café continuava a ser o principal produto brasileiro no mercado internacional, mas a ideia de modernidade e modernização tornava pouco provável a aposta na continuidade de um modelo exclusivamente agro-exportador e no modelo político-administrativo. Há o desenvolvimento das fábricas, a emergência de uma classe média urbana e do proletariado. De acordo com Dantas (2004) “a orientação liberal-oligárquica foi substituída pela dominação populista [...] um projeto político intervencionista, reformista, nacionalista, voltado à reestruturação administrativa” (pp.77-78), características marcantes do governo Vargas, que se iniciava.

Nos Estados é o fim da figura dos *governadores* e o aparecimento dos *interventores* escolhidos por Vargas como gestores e fiscalizadores da implementação do modelo de Estado que se queria. “Com a Revolução de [19]30 as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social” (Ortiz, 2003, p. 40). O Trabalho passa a ser induzido como uma marca do governo Vargas e do Brasileiro; iniciativas como as lutas por melhores condições de trabalho, as leis trabalhistas e a construção da imagem do governante como *pai do trabalhismo* embasam e justificam tal ideologia norteadora. Por outro lado, é latente a tentativa de controle dos sindicatos e dos trabalhadores ao longo desse governo. Um novo modelo de Estado e uma nova perspectiva para a construção de uma identidade nacional ressaltavam a necessidade de conhecimento e valorização do seu patrimônio histórico e artístico pelos brasileiros, a elaboração de uma História, de uma Geografia e de uma Literatura brasileiras, o desenvolvimento do civismo e a manutenção de algumas práticas populares. Em todas estas etapas houve um apoio significativo das mídias, principalmente do rádio, do jornal impresso e do cinema.

Em 1937 veio o golpe de Estado e com ele, o que era “revolução se converteu em ditadura” (Weffort, 2006, p.251). Seguindo um modelo político centralizador, recorrente no mundo ocidental, Vargas rasgou a Constituição, a democracia, o federalismo e os preceitos do liberalismo. O Poder Legislativo foi extinto em todos os âmbitos. A perseguição aos opositores políticos, a censura e o silenciamento dos contrários ao regime deveriam ser apagados pela propaganda política. Esta ainda deveria criar uma imagem desenvolvimentista, moderna e nacionalista. O governo Vargas foi marcado por práticas populistas e populares, ao mesmo tempo. O Estado, além de organizar a sociedade, deveria também controlá-la, fatores que justificavam a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda.

O Turismo aparece como um grande exemplo da modernidade e da reorientação de investimentos do Estado na busca do desenvolvimento econômico, que se queria autônomo, nacional e sólido. Como na ditadura varguista o Turismo estava organizado pelo Estado e vinculado ao DIP, teria também como função divulgar uma imagem positiva do Brasil e de Vargas no exterior e no próprio país. O Turismo e o Patrimônio Nacional, conjugados à propaganda, deveriam auxiliar no rompimento com o regionalismo, no enfraquecimento das políticas que marcaram a República Velha, e demonstrar a importância da centralização política na organização e desenvolvimento do Estado.

O conceito de Patrimônio Histórico adotado, nesse contexto, foi ancorado nos debates mundiais contemporâneos à sua criação, podendo-se ressaltar as Cartas de Atenas de 1931 e de 1933. Conceito que foi oficializado na gestão de Getúlio Dornelles Vargas, quando (a) criou a Inspeção dos Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional, em 1934 (b) adicionou a preocupação com os monumentos históricos e artísticos na Constituição de 1937; (c) assinou o Decreto-Lei 25, em 30 de novembro, cujo Art. 1º registra:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A principal instituição de preservação, divulgação e fiscalização do patrimônio cultural brasileiro fora criada de forma provisória em 1936 e denominada, à época, de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Sua vinculação ao Ministério da Educação e Saúde, que tinha a frente Gustavo Capanema, faz lembrar que no governo Vargas a educação é entendida como forma de construção ideológica nacionalista. Dessa maneira, estando o SPHAN diretamente atrelado ao referido Ministério, conclui-se que esse deveria se tornar, também, em um grande aliado da educação e propagar os ideais nacionalistas do governante. Legitimada em 1937, no mesmo Decreto-Lei 25, o SPHAN teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade.

De acordo com Santos Filho (2008), nesse mesmo período, mais precisamente a partir de 1938, o Turismo se tornava política de Estado, vinculado ao Serviço de Inquérito Políticos e Sociais (SIPS) e ao Departamento de Propaganda (DP) que, atrelados, constituíram em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No DIP, esteve estruturado como Divisão de Turismo, ou seja, como mais uma das formas de controle ideológico do Estado. Essa seria mais uma forma de construção da identidade nacional e de divulgação dos bens históricos e artísticos que compunham o patrimônio nacional. O Decreto-Lei 1.915, de 27 de dezembro de 1939, que criou o DIP, em seu artigo terceiro informa os seis Departamentos a ele vinculados: Divisão de Divulgação; Divisão de Rádio-difusão [sic]; Divisão de Cinema e Theatro [sic]; Divisão de Turismo; Divisão de imprensa; e Serviço Auxiliares, quais sejam, os de Comunicações, Contabilidade, Tesouraria, Material, Fimoteca, Discoteca, Biblioteca. A propaganda turística brasileira, assim como em diversos outros períodos da História, criaria uma imagem positiva do Brasil e do seu governante, interna e externamente. O artigo segundo lista as finalidades do DIP:

Art. 2º - O D. I. P. tem por fim: a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa [...] b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo; [...] l) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios; [...] o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística [...].

A relação entre Turismo, Comunicação Social e Patrimônio Histórico e Artístico, as suas funções ideológicas e o seu papel na política de Estado são perceptíveis ao longo do Estado Novo, no governo Vargas. A construção de uma identidade nacional, um discurso ufanista e o civismo foram elaborados como em oposição ao estrangeirismo. A busca por um Brasil autêntico, genuíno, e por uma imagem do governo e do País que se queria, distante das

práticas ditatoriais do governo Vargas, tiveram este trinômio como aliados. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por exemplo, excluía toda e qualquer obra de origem estrangeira,

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país; 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país; 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos (Decreto-Lei 25, de 30.11.1937, Art. 3º).

Tratando-se de um patrimônio nacional, pareceria óbvia a exclusão destes bens se não fossem levados em consideração o contexto histórico, as mentalidades em voga, o projeto do governo Vargas e a importância de artistas e intelectuais estrangeiros na construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Missão Artística Francesa, no século XIX, por exemplo, enfrentou uma forte disputa política e a resistência dos adeptos do Barroco, mas fortaleceu dentre outros o Neoclassicismo no Brasil. Os *brasilianistas* e a história do Brasil nas obras de Antonil, Frederick von Martius, Robert Southey e nas viagens de Auguste de Saint-Hilaire, as tintas de Félix Taunay, Paul Harro-Harring, Debret e Rugendas são exemplos que caracterizam a importância dos estrangeiros na formação do patrimônio brasileiro.

Já os atores sociais que planejavam a atividade turística no Brasil e estavam diretamente vinculados ao DIP transformavam tal patrimônio em atrativo turístico e em elemento simbólico da cultura nacional e da representação do País, em especial no exterior, já que essa era uma das principais funções desta *agência ideológica* (Dantas, 2004). O que não se pode esquecer é que o Turismo era entendido, naquele momento, como uma *indústria* e, como regem as leis de mercado, esta precisava gerar lucro e auxiliar no desenvolvimento econômico das cidades.

De acordo com o regimento do DIP, a divisão deveria organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastro de informações turísticas, corresponder-se com outras organizações no plano internacional, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o país (Goulart, 1990, p.72).

O DIP foi coordenado pelo sergipano Lourival Fontes (1889-1967)³ e possuía como objetivos centrais “difundir a mensagem do novo regime e abafar os pensamentos contrários” (Dantas, 2004, p.107). Nos estados brasileiros foram criados, a partir de 1940, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), que possuíam as mesmas funções do DIP, apenas que em âmbito estadual. O Decreto-Lei 2.557, de 04.09.1940, regulamenta a ação dos DEIPs:

Art. 1º - As funções do Departamento de Imprensa e Propaganda serão exercidas nos Estados com a cooperação dos respectivos governos; Art. 2º. Ficam subordinados ao Departamento, do ponto de vista da orientação técnica e doutrinária, todos os serviços estaduais atinentes à imprensa, rádio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo; Art. 3º. Sob a denominação de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda as administrações estaduais deverão reunir em uma só repartição a ser criada, os serviços relativos à imprensa, rádio-difusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo; Art. 4º. Os departamentos estaduais e

³ Nascido em Riachão do Dantas, teve a sua vida profissional vinculada a imprensa em diversos estados brasileiros. Era partidário da Aliança Liberal e um aliado de confiança de Getúlio Vargas. Dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937. Em 1938 o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda. É um personagem que mereceria maior atenção dos pesquisadores, principalmente nas áreas de História e Comunicação Social.

municipais de propaganda serão organizados de acordo com as normas prescritas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que os orientará, inclusive quanto a autorizações de serviços remunerados.

Os olhos e ouvidos do Estado ditatorial varguista estavam espalhados pelas diversas cidades brasileiras, controlados pelos interventores federais nos Estados, sendo subordinados tecnicamente ao DIP e seguindo as suas orientações doutrinárias. A censura era uma prática comum, vários jornais foram fechados, revistas deixaram de circular e outras apareceram ou modificaram sua política editorial para reforçar os ideais varguistas (Sodré, 1999). A imagem do Brasil deveria ser a melhor possível, sem problemas econômicos ou sociais internos; críticas contundentes ao governo não eram aceitas pelos censores do DIP e dos DEIPs, pois esse seria um Brasil sem corrupção e sem suborno (Capelato, 1999). Criava-se um imaginário de harmonia plena, sem críticas ou questionamentos feitos ao regime.

Sambistas e intelectuais eram cooptados para cantarem e contarem esse Brasil ordeiro e homogêneo, que valorizava a música popular nacional. Foi criado o noticioso Hora do Brasil e os aparelhos de rádio eram espalhados em praças públicas. Nas salas de cinema e nos cineteatros, o Hino Nacional era tocado antes e depois das apresentações cinematográficas e os textos oficiais, que exaltavam a figura de Vargas, compunham uma parte significativa dos periódicos. “O partido e o chefe estavam presentes em toda parte: nas paredes dos quartos, jornais, cinema e rádio repetiam incessantemente a mesma coisa” (Domenach, 2001, p.50). Vale ressaltar que nesses mesmos espaços também existiram resistências, conflitos e subversão à ordem.

O Turismo aparece destacadamente como um desses órgãos do corpo do Estado Novo e deveria ser mais um elemento fiscalizado e difusor do modelo político vigente. A construção da identidade e do imaginário nacional ou da *unidade nacional* estava diretamente atrelada à divulgação do destino turístico Brasil, internamente e no exterior. Santos Filho (2008) afirma que o DIP elaborou uma variada promoção turística do País e criou diversos “boletins informativos sobre o Brasil em vários idiomas [que foram] distribuídos em hotéis, consulados, embaixadas, navios, órgãos públicos no exterior” (p.108). Em Sergipe já existia, desde 1939, o Departamento de Propaganda e Divulgação Estadual (DPDE), extinto após a criação do DEIP, em 1941.

Em Sergipe, quando instalado, o DEIP funcionava numa dependência do Palácio do Governo. A partir de outubro de 1943, passou a funcionar no edifício da Biblioteca Pública do Estado, 2ª andar, à Praça Fausto Cardoso, onde hoje funciona o Arquivo Público do Estado. Alguns diretores do Deip em Sergipe: Luis Pereira de Melo, Severino Pessoa Uchoa, Acrísio Cruz, José Maria Fontes e outros intelectuais. Durante sua existência, o DEIP manteve entre seus funcionários um plantel de bons jornalistas e redatores que apoiavam o presidente Getúlio Vargas como Enoch Santiago Filho, Walter Mendonça Sampaio, José Amado Nascimento, provenientes da imprensa estudantil e outros que redigiam bons textos sobre diversos assuntos, resenha de livros, palestras, cursos, comícios, registros da chegada de personalidades, crítica sobre a guerra, inaugurações, lançamentos, etc. os quais eram publicados diariamente nas páginas do Diário Oficial do Estado, tão diferente de hoje, que talvez por falta de matérias interessantes não seja atrativo para os milhares de funcionários públicos⁴.

Aprimorar uma política de controle, de censura e de formas de legitimação do Estado autoritário varguista foram práticas exercidas pelo Departamento Estadual através de

⁴ Entrevista concedida por Gilfrancisco Santos, ao autor, em 10.06.2012.

fiscalização dos escritos e das imagens, desfiles cívicos, conferências, comemorações de datas que rememoravam os grandes feitos da história do Brasil e pregações doutrinárias nos meios de comunicação.

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO COMO ATRATIVO TURÍSTICO

A ideia de patrimônio histórico e artístico neste contexto era constituída do que hoje é entendido como patrimônio cultural material, ou seja, constituído de bens culturais tangíveis, móveis e imóveis, com privilégios para os bens de *pedra e cal*, e patrimônio natural, não estando presente o conceito de patrimônio cultural imaterial hodierno. Os bens patrimoniais históricos e artísticos passíveis de tombamento deveriam ser “inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo”⁵ de acordo com o Art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei 25, de 30.11.1937, e ser de “interêsse público”.

Será que este interesse era público? O público foi consultado sobre quais bens representam a sua herança cultural e devem ser tombados?

Quando existe algo que deve ser memorável é porque existe algo que deve ser esquecido. E o que deve ser memorável na história do Estado brasileiro?

Os jogos da memória levam a campo uma verdadeira disputa entre o individual e o coletivo, o passado e o presente, o real e o imaginário, a continuidade e as transformações, que ao final de cada partida percebe-se que o resultado é uma construção dinâmica, fragmentada, seletiva e às vezes inventiva. De acordo com Halbwachs (2006), memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada. No caso específico deste estudo, uma elite intelectual engajada com a construção da memória nacional que interessava ao Estado Brasileiro esteve à frente das instituições governamentais e dos organismos que patrimonializam os bens culturais. São estes os responsáveis por criarem um patrimônio cultural nacional oficial, no qual o esquecimento é um ato político e os grupos taxados de minoritários devem ficar no subterrâneo da história.

A escolha de um bem cultural a ser tombado segue uma seleção pautada em critérios definidos pelos agentes que estão à frente das instituições responsáveis e pelas políticas de patrimonialização. Especificamente, no caso do patrimônio cultural no Brasil, Arantes (2009) pergunta: “até que ponto e para quem, as representações patrimoniais constituíram de fato referências de pertencimento à nação?” (p.16). Percebe-se que o patrimônio cultural material privilegiou durante décadas o tombamento de bens de *pedra e cal*, que ressaltavam e preservavam as construções vinculadas às instituições sociais dominantes como o Estado e a Igreja ou as famílias que se destacaram na política ou na economia, principalmente durante a Colônia ou o Império.

⁵ Em seu Cap. II; Art. 4, a saber: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; 2) Livro do Tombo Histórico, as coisas de interêsse histórico e as obras de arte histórica; 3) Livro do Tombo Histórico, as coisas de interêsse histórico e as obras de arte histórica; 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

A esteticidade das cidades foi ressaltada. As cidades mineiras, por exemplo, passaram a ser parâmetros de um modelo pautado em uma autenticidade nacional que destacava a arquitetura colonial, prioritariamente o Barroco, como grande expressão nacional. De acordo com o Decreto 22.928, a cidade de Ouro Preto foi erigida como Monumento Nacional em 12.07.1933 e serviu como base, modelo, projeto para a patrimonialização no Brasil. Na crise econômica da pós-euforia da pecuária e do ouro a cidade foi usada como “matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer o motivo de referência” (Motta, 1987, p.28).

De acordo com a relação fornecida pelo Arquivo Noronha Santos no *site* do IPHAN⁶, no período de 1938 a 1945 são contabilizados 417 tombamentos. O número de bens tombados não pode ser preciso neste momento já que foi percebido que um mesmo prédio possui duas funções, ou fizeram um único processo de patrimonialização para dois bens materiais. Exemplificam as duas situações: Convento e Igreja; Casa-Grande e Capela. Tais tombamentos foram distribuídos da seguinte forma: Região Nordeste, 204, sendo um em Alagoas; na Bahia, 117; no Ceará, um; no Maranhão, três; na Paraíba, 14; em Pernambuco, 41; no Piauí, seis; e em Sergipe 21. Já no Sudeste estão presentes 178 tombamentos, sendo quatro no Espírito Santo; em Minas Gerais, 64; no Rio de Janeiro, 93; e em São Paulo, 17. No Sul do Brasil temos 26 tombamentos, sendo nove no Paraná; doze no Rio Grande do Sul e cinco em Santa Catarina. Na região Norte há oito, todos no Pará. Já no Centro-Oeste há apenas um, em Goiás.

Gráfico 1 – Bens patrimonializados por Estados 1938 a 1945



Fonte: Organizado pelo autor a partir do Arquivo Noronha Santos (2013)

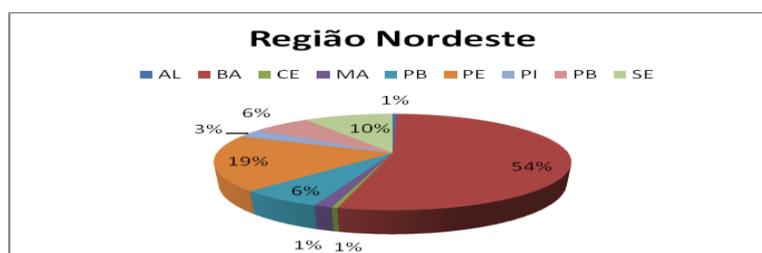
O privilégio aos bens materiais imóveis e à memória da Igreja Católica é perceptível, pois são predominantes os tombamentos de igrejas, conventos, capelas, mosteiros, santas casas, seminários e colégios vinculados diretamente a esta instituição religiosa. Casas, solares e sobrados normalmente representante de uma arquitetura barroca, pertencentes a elite política e econômica, também chamam atenção na lista. O conjunto arquitetônico e urbanístico das cidades mineiras de Mariana, São João Del Rei, Serro e Tiradentes seguiram os passos de Ouro Preto no reforço à memória daquilo que deveria ser memorável no Brasil.

No Nordeste, além dos bens materiais já destacados, a atenção também é voltada para os engenhos. A Bahia, pela sua extensão territorial e por ser a primeira capital do Brasil, é repleta

⁶ Ver <www.iphan.gov.br>.

de ícones do Barroco, levando-a a se destacar nesse processo de patrimonialização. Mas, não se pode deixar de ressaltar a quantidade de bens patrimonializados em Sergipe, sendo esse o período em houve o maior número de patrimônios culturais nacionais tombados pelo SPHAN/IPHAN. A relação entre os governantes sergipanos e Getúlio Vargas, a grande quantidade de bens característicos do Barroco nas cidades sergipanas, destacadamente Laranjeiras e São Cristóvão e, principalmente, a presença do sergipano Lourival Fontes à frente do DIP podem dar algumas explicações parciais sobre o porquê desse quantitativo ocorrer nesta unidade da federação.

Gráfico 2 – Região Nordeste



Fonte: Organizado pelo autor a partir do Arquivo Noronha Santos (2013)

Motivados pela *febre* do patrimônio e o modelo adotado em Minas Gerais, o interventor que governava Sergipe, Eronides Carvalho, concedeu a São Cristóvão o título de monumento histórico, já em 1938. “Um grupo de intelectuais cuidou da questão, elaborou relatório sobre a situação dos prédios antigos, resultando no decreto-lei” (Dantas, 2004, p. 110). Outro bem tombado foi o Sobrado situado na Rua Padre Rocha Vilar, nº 251, na cidade de Rosário do Catete como patrimônio histórico estadual. A tabela a seguir demonstrará o quanto Sergipe contribuiu com o projeto varguista. Foi para aquele momento histórico privilegiado com 21 bens tombados que se tornaram patrimônio histórico e artístico nacional.

Tabela 1 – Relação de Bens Tombados em Sergipe na Era Vargas

Bem Tombado	Livro do Tombo	Tombamento	Cidade	Observação
Convento e Igreja de Santa Cruz (Convento Franciscano/Convento de São Francisco)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	29-12-1941	Praça de São Francisco - São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-03-1943	Divina Pastora	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Casa de Tejupeba e Capela do Colégio (Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda)	Livro Histórico	21-05-1943	Itaporanga d'Ajuda	O tombamento inclui todo o acervo da Capela, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Engenho Jesus, Maria, José: capela	Livro Histórico/Livro de	23-03-1943	Laranjeiras	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho

	Belas Artes			Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	14-01-1944	Laranjeiras	O tombamento inclui todo o acervo da Capela, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Comandaroba	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	23-03-1943	Laranjeiras	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja Matriz do Coração de Jesus	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-03-1943	Laranjeiras	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-3-1943	Nossa Senhora do Socorro	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Engenho Nossa Senhora da Penha: capela	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	23-03-1943	Riachuelo	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	14-01-1944	Santo Amaro das Brotas	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja Matriz de Santo Amaro	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-3-1943	Santo Amaro das Brotas	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Convento e Igreja do Carmo	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	02-04-1943	Praça do Carmo - São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-09-1943	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Igreja do Senhor dos Passos)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	14-04-1943	Praça do Carmo - São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-03-1943	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja e Casa da Misericórdia	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	14-01-1944	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº

				13/85/SPHAN.
Sobrado à Rua Coronel Grundino Prado, nº 2 (Rua Castro Alves)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-09-1943	São Cristóvão	A Rua Coronel Grundino Prado era anteriormente chamada de Castro Alves.
Sobrado à Rua Benjamin Constant (Rua das Flores)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-9-1943	São Cristóvão	A Rua Benjamin Constant era anteriormente chamada Rua das Flores.
Sobrado com balcão corrido à Rua da Matriz (Praça Getúlio Vargas)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-09-1943	São Cristóvão	-
Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-03-1943	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Nossa Senhora do Socorro de Tomar (Igreja de Nossa Senhora do Socorro)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-03-1943	Tomar do Geru	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Fonte: Organizada pelo autor a partir do Arquivo Noronha Santos (2013)

Sergipe seguiu uma tendência nacional e passou a patrimonializar os seus bens que representavam o Período Colonial, a arquitetura barroca e a memória dos membros da Igreja Católica e dos representantes da elite política e econômica. Os destinos turísticos em Sergipe ficaram durante décadas dependentes do patrimônio histórico e artístico tombado pelos órgãos nacional e estadual, principais atrativos turísticos das cidades sergipanas. Esses bens patrimonializados foram transformados em atrativos turísticos em décadas seguintes, pelos atores sociais percebidos enquanto planejadores turísticos. Muitos destes foram reconhecidos pelos seus pares como intelectuais, representantes de instituições culturais, científicas ou acadêmicas e que auxiliaram, de alguma forma, a construir o discurso turístico do destino Sergipe.

Figura 1: Segipe D'El Rei (1972-1979)⁷

Fonte: Revista Quatro Rodas

Podem-se destacar até o final da década de 1970 os professores Clodoaldo Alencar Filho, como diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Aracaju, em 1971; Maria Thétis Nunes, Aglaé Fontes D'Alencar e Bonifácio Fortes, na formação de guias de turismo no Estado, dentre outras ações em parceria com as instituições de Turismo; a professora Albertina Brasil Santos, como presidente da Comissão Organizadora do Festival de Arte de São Cristóvão, realizado a partir de uma parceria entre a Universidade Federal de Sergipe e a Empresa Sergipana de Turismo; José Anderson do Nascimento, na elaboração do guia turístico denominado Sergipe Del Rei, um material patrocinado pela Embratur; além das pesquisas e das consultorias feitas por Luiz Antônio Barreto na elaboração de materiais promocionais que divulgavam os atrativos turísticos na referido Estado.

Apesar de não ser objetivo dessa pesquisa, vale o registro, pois é perceptível que essas práticas constituem um movimento que ocorre em diversas cidades brasileiras. O patrimônio tombado, a imagem do Brasil no exterior e a construção da identidade nacional/regional orientaram a seleção dos atrativos turísticos brasileiros. Em alguns casos, o próprio desconhecimento sobre o Turismo, aliado a uma necessidade ou até mesmo exigência de sua implementação na economia das cidades acabava transformando, muitas vezes, sem planejamento devido e sem a infraestrutura necessária, esses bens culturais patrimonializados em atrativos turísticos. Isso se desenvolve, principalmente, no contexto do milagre econômico brasileiro onde o turismo foi percebido como salvador de algumas cidades brasileiras, em especial as localizadas na região Nordeste.

O modelo em questão ganhou força no período seguinte atrelado ao projeto de Integração Nacional dos militares no pós-1964. O embasamento para estes usos do patrimônio estava no Plano Nacional de Cultura e o financiamento no projeto de salvamento das 'cidades históricas' do Nordeste, onde a verba era destinada e administrada em muitos casos pelas secretarias e

⁷ Imagens na figura destacam: São Cristóvão, Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1743); Estância Cidade Jardim; Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Laranjeiras; Igreja de Sant'Aninha (1875), em Laranjeiras.

empresas de Turismo. Em Sergipe, os investimentos são orientados pela Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur), criada em 1972.

Com um maior número de bens tombados em Sergipe, as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras tornaram-se principais destinos turísticos no Estado. Elas começam a aparecer nos discursos turísticos como cidades históricas, coloniais ou cidades monumentos de Sergipe. Ambas foram contempladas com as verbas oriundas do Plano de Reconstrução das Cidades Históricas (1973-1983). As suas construções do Período Colonial, caracteristicamente marcadas pelo Barroco, trariam as respostas às primeiras perguntas dos atores sociais que pensavam o Turismo sergipano, ou seja, o que o turista poderá consumir em Sergipe? O investimento turístico nas cidades sergipanas era voltado para o segmento turismo cultural. Nas cidades selecionadas, apenas igrejas, sobrados e capelas representativas do modelo em questão foram contempladas com a patrimonialização dos seus bens e estes passaram a ser o principal motivador de deslocamento de turistas com destino a Sergipe, pois se configuram nas principais representações turísticas do Estado na publicidade turística do período. Em alguns materiais promocionais pesquisados, como por exemplo, no guia Sergipe Del Rei, de 1979, Aracaju, capital do Estado, não é ressaltada. Vale destacar que esta nasceu em 1855 para ser moderna e negou o Barroco em suas construções, portanto não possuía bens tombados nesse período.

Em 1974, o Convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República com a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e a Emsetur era direcionado à “restauração e complementação de monumentos históricos, visando sua utilização para fins turísticos” (Gazeta de Sergipe, 02.07.1974, p.7). São Cristóvão utilizou os recursos para restaurar o chamado, à época, centro social da cidade, entendido nos discursos turísticos como Centro Histórico. Laranjeiras, que aparecia como sexta cidade mais antiga do país, deveria fazer todo o processo de recuperação do patrimônio para depois receber o título de Monumento Nacional do governo federal.

Laranjeiras, a “tradicional cidade” possuía uma arquitetura colonial e suas igrejas “construídas sobre sete colinas que circundavam a cidade” marcam as narrativas dos panfletos e cartazes elaborados para vender o destino aos turistas. São Cristóvão aparece nos guias turísticos como “a quarta cidade mais antiga do Brasil”, um marco que acompanha a cidade até os dias atuais. Em um panfleto de 1970, o texto informa: “o visitante que for a São Cristóvão ficará surpreendido com a beleza arquitetônica colonial do casario, sacadas e fachadas belíssimas, as igrejas e conventos lhe levarão ao passado histórico”. As ilustrações nos materiais aqui pesquisados destacam os bens tombados e já destacados na Tabela 1.

Figura 2 - Convento de São Francisco



Fonte: Desenho de Tom Maia (1979).

Igrejas, capelas, conventos, engenhos, casas-grandes, trapiches, casas, sobrados, ruas e praças representativas do período colonial, da memória dos colonizadores, com forte tendência aos bens da Igreja Católica e dos grandes proprietários de terra e com exemplos significativos do Barroco brasileiro foram as marcas características das cidades sergipanas e dos seus residentes escolhidas para compor a promoção turística de Sergipe. Algumas ações políticas no Turismo sergipano até a década de 1970 atraíram turistas e criaram novos equipamentos, como é o caso do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão. Trouxeram financiamento para as cidades e mexeram com a expectativa e com a autoestima dos residentes. Por outro lado, a falta de planejamento a médio e longo prazos interrompeu algumas ações benéficas às cidades ressaltadas, como exemplo pode-se citar o projeto do Festival de Arte de São Cristóvão. A ação política de investimento no patrimônio com fins turísticos promoveu ainda um forte impacto cultural entre os residentes, houve o mau uso de alguns dos prédios tombados e até o furto de bens culturais móveis, além de não gerar a infraestrutura necessária para a prática da atividade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de identidade nacional/unidade nacional do governo Vargas, concretizado pelas ações de órgãos como o DIP, o SPHAN, representantes da intelectualidade brasileira e os planejadores turísticos, ganhava novo fôlego nas diversas etapas da ditadura militar pós-1964 com a política de identidade nacional/integração nacional, praticada por diversos atores sociais e por setores do governo como o IPHAN, a Embratur e suas congêneres espalhadas pelas cidades brasileiras. Portanto, a seleção de um bem patrimonializado é uma ação política orientada com fins específicos, assim como o é o esquecimento de outros bens e práticas culturais. O turismo brasileiro ganhou fôlego nesse contexto. Portanto, também pode ser entendido como um ato político com objetivos traçados previamente e como parte de um processo que envolvia interesses múltiplos.

Ao longo da história as campanhas publicitárias com fins de promoção turística das cidades brasileira auxiliaram na construção da imagem interna e externa do Brasil e dos brasileiros e despertaram imaginários sobre o país, que envolviam a preservação e as diversas possibilidades de usos do patrimônio cultural brasileiro. As cidades foram transformadas em

destinos turísticos, núcleos urbanos em centros históricos, tematizados a partir de especificidades que as diferenciavam no mercado turístico os seus atrativos naturais e culturais; o seu patrimônio tombado e registrado se torna produto turístico. O caráter paradoxal dessas mudanças influencia de forma significativa na percepção do Turismo e da importância e relevância do turista por parte dos residentes, ou seja, quando estes percebem o desenvolvimento socioeconômico motivado pela atividade turística ou quando eles se sentem parte do processo, normalmente a avaliação é positiva.

O Turismo despontou no cenário mundial como a dita *indústria*. No Brasil, esse termo ganhou força no período desenvolvimentista (1946-1964). Tal entendimento moldou os estudos sobre o Turismo e criou um preconceito com a atividade. Por outro lado, gerou uma grande expectativa da chegada desses investimentos nos países. No Brasil, no período aqui destacado, uma parte dos mesmos era destinada à recuperação, valorização, novos usos e manutenção do chamado à época patrimônio histórico e artístico nacional, inserido em projetos políticos e ideológicos e com o intuito de 'salvar' algumas cidades, principalmente no Nordeste brasileiro. Duas consequências imediatas podem ser ressaltadas no cenário sergipano. A primeira é que diversos financiamentos para restauração das 'cidades históricas' e desenvolvimento da atividade turística não foram necessariamente utilizados onde deveriam. É possível encontrar na imprensa local, no período aqui estudado, várias denúncias do mau uso das verbas ou de privilégios a determinadas cidades. A segunda é que vilas operárias, quilombos urbanos e variadas representações de grupos sociais menos favorecidos foram estrategicamente esquecidos tanto pelo processo de patrimonialização quanto nos investimentos turísticos ou de recuperação dos bens patrimoniais.

O patrimônio histórico e artístico sergipano transformado em bem de consumo turístico significou um primeiro passo para a formação de uma possível política cultural atrelada a um planejamento turístico que poderia trazer benefícios socioeconômicos para as cidades. Tais relações ocuparam funções relevantes em seu contexto e inseriram Sergipe no roteiro do turismo brasileiro. As cidades de São Cristóvão e Laranjeiras continuam a fazer parte dos escassos roteiros de turismo cultural em Sergipe, mas as discontinuidades nas ações políticas, a falta de investimento do setor privado e de empreendedorismo dos residentes não possibilitam a presença de turistas por mais de um dia nestes destinos. Além disso, a partir da década de 1980 os investimentos em Turismo no referido Estado passaram a ser direcionados ao turismo de sol e praia, seguindo uma tendência nacional para o Nordeste brasileiro. Com isso, houve uma espécie de engessamento nos roteiros oferecidos, que com poucas variações permanecem os mesmos há pelo menos três décadas. Os demais bens tombados em Sergipe pelo órgão oficial do patrimônio histórico e artístico nacional durante a era Vargas apareceram na promoção turística do Estado no período aqui contemplado, mas as cidades não conseguiram se tornar roteiros do turismo cultural e nem receberam os investimentos necessários para a manutenção dos bens culturais tombados.

REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>>. Acesso em: 18.08.2012.

Brasil - Decreto-Lei nº 25, De 30 de Novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 28.11.2012.

Brasil- Decreto Lei 1915 de 27 de dezembro de 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 05.12.2012.

Capelato, M.H. (1999). Propaganda política e controle dos meios de comunicação. IN: Pandolfi, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Dantas, I. (2004). *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Domenach, J-M. A (1955). *Propaganda política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Featherstone, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.

Goulart, S. (1990) Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero.

Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Motta, L. (1987). *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.22. Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura.

Nascimento, J.A., Maia, T. & Maia, T.R.do C. (1979). *Sergipe del Rei*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional.

Pinheiro, M.L.B. (2006). Origens da noção de Preservação Cultural no Brasil. *Risco*. São Paulo: EESC/USP. pp. 4-14.

Ortiz, R. (2003). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

Santos Filho, J. dos. (2008). O Turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*. Ano 2, n. 2, pp. 102-115.

Sodré, M. (1999). *Antropológica o espelho*. Petrópolis: Vozes.

Sousa, J.P. (2006) Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media. Universidade da Beira Interior. Porto: Disponível em <<http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 18.06.2011.

Weffort, F.C. (2006). *Formação do pensamento político brasileiro: Ideias e personagens*. São Paulo: Ática.

Recebido em 20.05.2014

Revisões em jun.2014

Aprovação: 06.07.2014